

ATA DA 082ª SESSÃO ORDINÁRIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2026
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Alex Brasil - Altair Silva - Ana Campagnolo - Berlanda - Camilo Martins - Carlos Humberto - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Jair Miotto - Jerry Comper - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Junior Cardoso - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Mário Motta - Marquito - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro De Nadal - Napoleão Bernardes - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Pepê Collaço - Rodrigo Fachini - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Sérgio Guimarães - Sergio Motta - Tiago Zilli - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia
Deputado Fernando Krelling

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

Breves Comunicações

DEPUTADO MÁRIO MOTTA (Orador) - Manifestou preocupação com a interdição da Ponte Anita Garibaldi e informou que seu gabinete realizou levantamento baseado exclusivamente em documentos públicos para apurar as circunstâncias que motivaram o fechamento da estrutura.

Relatou que a concessionária comunicou à ANTT a identificação de problemas estruturais, inicialmente com restrição ao tráfego de cargas especiais e, posteriormente, com a constatação do rompimento de cabos de protensão, fato que levou à interdição da ponte. Destacou que a região afetada

já havia apresentado anomalias em 2022, exigindo intervenções emergenciais, o que evidencia a recorrência dos problemas.

Sustentou que cabe ao Parlamento fiscalizar, cobrar transparência e exigir providências dos órgãos competentes, sem substituir a atuação de engenheiros e peritos. Ressaltou que a própria concessionária informou à ANTT que o projeto *As Built* e outros documentos técnicos da obra são insuficientes ou não foram localizados, dificultando a identificação das causas das falhas estruturais.

Mencionou que fotografias da fase de construção da ponte levantam questionamentos sobre o fechamento do vão central e defendeu que sejam apresentados os registros técnicos e os cálculos que embasaram as soluções adotadas.

Apelou à ANTT e ao DNIT para que localizem, preservem e disponibilizem integralmente a documentação técnica da Ponte Anita Garibaldi e informou que protocolou moção de apelo e reiterou que a sociedade catarinense espera respostas técnicas, transparência e segurança quanto às condições da estrutura. *[Taquigrafia: Jêñifer]*

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Comentou sobre sua expectativa ao entrar nesta Casa no dia de hoje, ao relembrar o Mês da Mulher e as manifestações ocorridas neste Parlamento em alusão à data, citando que julho é o Mês do Homem e lamentando que não tenha havido nenhuma referência sobre essa data no âmbito do Poder Legislativo.

Apresentou indicadores estatísticos demonstrando que os homens sofrem com altos índices de violência, além de enfrentar cenários preocupantes nas áreas de segurança pública, emprego e saúde, com números expressivos que, em diversos aspectos, superam as estatísticas femininas.

Destacou que 64% das crianças em situação de trabalho infantil são meninos, que 60% dos estudantes que abandonam a escola pertencem ao sexo masculino e que apenas 7% dos casais que

decidem adotar uma criança manifestam preferência por meninos.

Lembrou que os postos de trabalho mais pesados e de maior desgaste físico, que sustentam toda a estrutura da infraestrutura social, tais como a construção civil, a mineração, a extração de recursos e o setor de transportes, são ocupados majoritariamente por homens.

Citou que, quando esta Casa propôs, por meio de deputadas de ala feminista, a criminalização do *bullying*, solicitou a inclusão expressa de proteção aos meninos no texto da proposta, emenda que acabou rejeitada em votação na Comissão de Constituição e Justiça.

Comentou, por fim, que tramitam nesta Assembleia Legislativa dois projetos de lei que visam à criação da Procuradoria do Homem, lamentando que as referidas matérias estejam paralisadas há mais de quatro anos sem que os demais parlamentares as coloquem em votação na Ordem do Dia. *[Taquigrafia: Guilherme]*

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO (Orador) - Criticou declaração de um ex-deputado estadual filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), que, em entrevista a um canal de notícias da região que representa, afirmou que o Brasil vive um período de prosperidade econômica, especialmente para os trabalhadores mais humildes. Discordou da avaliação, argumentando que o discurso está dissociado da realidade enfrentada pela população. Afirmou que o PT historicamente se apresentou como representante das classes trabalhadoras, atualmente estaria mais alinhado a setores das elites econômica, cultural e artística. Sustentou que os governos petistas foram marcados pela manutenção de juros elevados, beneficiando o capital especulativo em detrimento dos trabalhadores.

Mencionou o aumento da dívida pública, os déficits fiscais, as dificuldades financeiras enfrentadas por estatais e o elevado endividamento do setor agropecuário como indicadores de um cenário econômico preocupante. Avaliou que o país

atravessa uma crise que vai além da economia, alcançando também aspectos morais e institucionais. Defendeu que a população enfrenta dificuldades para arcar com despesas básicas, como alimentação, moradia e sustento familiar, em razão do aumento do custo de vida e da redução do poder de compra. Atribuiu os problemas enfrentados pelo Brasil a falhas de gestão, decisões equivocadas e falta de competência administrativa.

Também citou denúncias envolvendo o INSS, o sistema financeiro e empresas estatais como exemplos de uma crise de natureza moral. Por fim, afirmou que o próximo presidente da República terá a responsabilidade de reorganizar o país e defendeu que a população avalie o cenário atual no momento de definir os rumos políticos do Brasil.
[Taquígrafa: Sílvia]

Partidos Políticos

Partido: Republicanos

DEPUTADO LUCAS NEVES (Orador) - Manifestou forte indignação com o descaso do Governo Federal em relação à BR-282, considerada a espinha dorsal do estado de Santa Catarina por ligar a capital ao extremo oeste do território. Criticou duramente os anúncios recentes de projetos de duplicação da rodovia, classificando-os como promessas vazias que enganam a população, dado que obras em outras estradas do estado, como as BRs 470 e 280, sequer seguem um ritmo adequado de conclusão.

Enfatizou que, há três anos, cobra-se a implantação de terceiras faixas no trecho entre a serra e o litoral, que registra acidentes graves e fatais semanalmente. Comentou que embora uma ordem de serviço para a elaboração de projetos tenha sido dada no ano passado, o prazo para sua entrega, estimado para o início deste ano, não foi cumprido, com nova previsão do DNIT apenas para o segundo semestre. Ressaltou que, mesmo se os projetos estivessem prontos, não haveria orçamento garantido para as obras. Para ele, é humilhante que um estado que tanto contribui financeiramente

com a União precise implorar por melhorias básicas de infraestrutura. Protestou contra a falta de sinalização, de manutenção adequada e das necessárias terceiras faixas na rodovia.
[Taquiografia: Northon]

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0420/2023, de autoria do Deputado Marcos da Rosa, que proíbe a fixação de cartazes que façam advertência sobre os crimes previstos nos arts. 329 a 331 do Código Penal, no âmbito da Administração Pública do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0497/2024, de autoria do Deputado Marquito, que institui a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra - PESIPN e dá outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global, subemenda supressiva e modificativa.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0039/2025, de autoria do Deputado Marquito, que fica instituída a Política Estadual de Arborização Urbana - PEAU, no Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0140/2026, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que declara de utilidade pública a Associação Coral Pinhalzinho e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0166/2026, de autoria do Deputado Carlos Humberto, que declara de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Penha - SC, de Penha, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.
Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0205/2026, de autoria do Deputado Neodi Saretta, que declara de utilidade pública Associação Amigos da Orquestra Sinfônica de Chapecó - AAOSC, e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0224/2026, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que declara de utilidade pública a Associação de Pais Pró Autistas, de Caçador, e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0267/2026, de autoria do Deputado Mário Motta, que declara de utilidade pública o Instituto Vó Francisca, de Palhoça, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que

"Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0243/2026, de autoria do Deputado Matheus Cadorin, manifestando ao Delegado Murillo Yago Batalha e aos Policiais Civis Celso Augusto Di Francesco Neto, Paulo de Arruda Rodrigues, Cláudio da Costa e Adriano Luxi Martins, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0244/2026, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, manifestando aos Policiais Civis Rodrigo Bekhauser, Jonas Alexandre Kaiser e a Psicóloga Policial Jianna Cella, aplauso por ato de bravura.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0537/2026, de autoria do Deputado Marcius Machado.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h09, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]